

Congresso

24 ABR. 1992

Funcionários do Legislativo negociam reajuste adicional e plano de cargos

por Mariana Monteiro
de Brasília

Os servidores do Poder Legislativo (Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União) decidiram, em assembléia realizada ontem, não deflagrar nova greve e continuar a negociação sobre reajustes atrasados e do plano de carreira da categoria.

Por causa dos feriados, os presidentes da Câmara e do Senado, Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides não tiveram tempo de concluir os estudos que levariam aos índices de reposição a pagar aos servidores, considerados justos pelas duas Casas.

Para os servidores, este índice é de 37,9%, retroativo a novembro do ano passado. A reivindicação que os funcionários apresentaram, ontem, refere-se ao pagamento de um reajuste feito em novembro do ano passado apenas aos senadores e deputados.

A paralisação dos servidores ocorrida no último dia 7 conseguiu de Ibsen Pinheiro a garantia do cumprimento de outra reivindicação dos servidores: a votação, no próximo dia 28,

do plano de carreira da categoria.

Ainda em estado de greve, os servidores reafirmaram, ontem, a continuação das negociações em torno de um plano de carreira que possibilite a isonomia salarial.

Outra questão que já estava resolvida desde a assembléia que decidiu pelo fim da paralisação foi a

URP. No mesmo dia em que os servidores decidiam voltar a trabalhar, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o pagamento da URP, referente ainda ao Plano Bresser, que havia sido concedido por várias instâncias do Judiciário, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A decisão da instância

superior da Justiça convenceu os servidores de que não adiantaria lutar junto aos presidentes das Casas se a Justiça já havia proibido o cumprimento das decisões administrativas anteriores.

Mesmo considerando a decisão do STF política, eles resolveram esperar a decisão final da Justiça.